

AGROECOLOGIA URBANA E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

Clara Ribeiro Camargo*

¹Doutoranda do programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente, da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. *clara.camargo@usp.br

RESUMO: O tema da alimentação recai sobre uma série de estudos, sejam eles culturais, agronômicos, econômicos, políticos ou biológicos. Nesse artigo, buscarei avaliar como se estruturam os sistemas agroalimentares e quais são as alternativas a eles no que se refere à distribuição e consumo de alimentos agroecológicos, ou seja, sem o uso de agrotóxicos e com respeito à dignidade humana e às leis trabalhistas. O recorte territorial é o município de São Paulo, com ênfase na Zona Oeste e as discussões buscam trazer à tona as relações entre política e economia, com a finalidade de avaliar o papel dos atores e do contexto na alimentação da população. As conclusões sugerem que outras perspectivas econômicas alternativas ao capitalismo se configuram como os novos comuns e são a única forma de barrar os novos cercamentos do atual momento do capitalismo.

Palavras chaves: sistemas agroalimentares, comuns, agroecologia.

URBAN AGROECOLOGY AND SOLIDARY ECONOMY IN THE MUNICIPALITY OF SÃO PAULO: A POSSIBLE DIALOGUE?

ABSTRACT: The subject of food is related to a series of studies, be they cultural, agronomic, economic, political or biological. In this article, I will try to evaluate how the agrifood systems are structured and what are the alternatives to them regarding the distribution and consumption of agroecological foods, that is, without the use of pesticides and with respect to human dignity and labor laws. The territorial focus is the city of São Paulo, with emphasis on the West Zone and the discussions seek to bring out the relations between politics and economy, in order to evaluate the role of actors and context in the population's diet. The findings suggest that other economic perspectives alternative to capitalism are the new commons and are the only way to stop the new enclosures of the present moment of capitalism.

Keywords: Agri-food systems; commons; agroecology

INTRODUÇÃO

Estudos recentes revelam o alto índice de concentração econômica do setor agroalimentar, principalmente após as mega fusões de 2015, uma tendência que vem alterando a dinâmica de alimentação

da maioria dos habitantes dos espaços urbanos. No mercado de sementes, por exemplo, as 10 maiores empresas controlam 73% do mercado. No de agroquímicos, as 5 maiores controlam 84%. No de maquinários agrícolas, as 10 maiores controlam 65% e no de fertilizantes, 10 empresas controlam 28% das vendas. A porcentagem só aumenta quando se refere à distribuição: 10 empresas controlam 90% das vendas de *commodities* agrícolas e 10 companhias controlam 90% do processamento de alimentos e bebidas (IPES-Food, 2017; ETC Group, 2015).

Ao mesmo tempo em que cresce a concentração econômica, aumentam também as crises ambientais e climáticas, evidenciando a necessidade de reestruturação do sistema agroalimentar global. De acordo com a FAO (2017), a produção agrícola responde por pelo menos 20% das emissões de gases do efeito estufa. Além disso, o aumento das temperaturas e alterações no regime de chuvas e das estações do ano alteram a forma como as plantas se desenvolvem e reproduzem. Em termos de segurança alimentar e nutricional, isso pode representar uma redução da oferta de alimentos, aumentando os preços e a vulnerabilidade daqueles que já vivem em condições de fome e desnutrição. Ainda segundo a mesma organização, “as transformações do clima poderão arrastar milhões de pessoas para um ciclo vicioso de miséria e má nutrição. Até 2050, quedas na produção agrícola associadas às mudanças climáticas poderão elevar em 20% o risco de fome no mundo”.

Para reverter esse cenário, pesquisadores e ativistas apostam na agroecologia urbana como uma possibilidade de estabelecer circuitos curtos de produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos que tragam em si atributos de conservação ambiental e de justiça social, nos territórios onde reside a maioria das populações – as cidades. Nesse sentido, a pergunta que guia esse trabalho é: quais são as redes alternativas de distribuição e consumo capazes de escoar a produção da agroecologia urbana em São Paulo? A hipótese apresentada é que os supermercados não são esses espaços, mas sim a construção de mercados solidários com a presença de consumidores conscientes. Tais espaços podem ser feiras livres, esquemas de cestas ou CSA – Comunidade que Sustenta a Agricultura ou até mesmo institutos que aproximam produtores e consumidores, como o Instituto Chão e o Armazém do Campo. Tal hipótese segue a linha de pensamento elaborada por Wilkinson (2012) de que, pequenos produtores serão cada vez mais dependentes de formas alternativas de comercialização dada a crescente consolidação dos grandes varejistas, a dinâmica convencional de relação entre varejistas e fornecedores e as crescentes barreiras sanitárias e regulatórias impostas. Nesse sentido, avaliar as formas disponíveis para acesso a alimentos agroecológicos e saudáveis por parte do consumidor, assim como de remuneração adequada no valor e no tempo para os produtores se torna indispensável para os dias atuais.

No município de São Paulo, institutos, feiras e esquemas de cestas de produtos tem se demonstrado como estratégias de acesso aos produtos agroecológicos, assim como de aproximação entre produtor e consumidor. De acordo com os próprios institutos, esses formatos permitem a compra de produtos a um preço mais baixo do que se comprado no supermercado, porém, ainda não representam o maior volume de vendas¹.

Outra questão que chama atenção é que muitos desses institutos e feiras possuem princípios políticos e econômicos vinculados à Economia Solidária, demonstrando que esses consumidores são guiados não apenas por valores econômicos, mas também pelo entendimento da alimentação como um ato político. E o que é a Economia Solidária? De onde vem essa ideia?

REVISÃO DE LITERATURA

As críticas à economia capitalista, em geral, tendem a dividir o pensamento social com relação às possibilidades de transformação da sociedade. Se por um lado, pensadores e sujeitos políticos acreditam na tomada do poder do Estado como forma de superação das desigualdades sociais, outro grupo afirma que é necessário responder às necessidades materiais e afetivas das pessoas através de relações econômicas solidárias (NOBRE, 2015), seja por meio da produção de mercadorias e serviços ou da sua distribuição. Acredito que as visões se complementem.

¹ Informações coletadas durante o campo do trabalho em abril de 2019

DARDOT e LAVAL afirmam que o próprio Marx reconhecia a importância de exaltar o cooperativismo e as práticas econômicas sem proprietários capitalistas.

(..) “Por ações, e não por raciocínios, eles provaram que a produção em grande escala, e em conformidade com as exigências da ciência moderna, pode funcionar sem uma classe de proprietários empregando uma classe de “braços”; que os meios de trabalho, para produzirem frutos, não precisam ser monopolizados para a dominação e exploração do trabalhador; que o trabalho assalariado, assim como a escravidão e a servidão, é simplesmente uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante dos trabalhadores associados, que trarão para suas tarefas braços dispostos, espírito alerta e coração alegre” (MARX, K., 1864, p. 466 apud DARDOT & LAVAL, 2017, p. 427).

Todavia, Marx continua sua afirmação de que a cooperação econômica não basta por si só.

Para que as massas trabalhadoras sejam libertadas, a cooperação deveria adquirir abrangência nacional, portanto seria preciso promovê-la por meios nacionais. E concluía que “a grande tarefa das classes trabalhadoras é conquistar o poder político” (Ibidem).

No Brasil, a economia solidária ganhou relevância quando da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que veio a ser chefiada por Paul Singer no Ministério do Trabalho e Emprego, de 2003 a 2016. Porém, sua base conceitual se aproxima mais da ideia de cooperativismo e relações sem exploração. Para entender a proposta político-econômica da Economia Solidária, é importante recorrer aos seus fundadores. De acordo com SINGER (2002),

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo).

Alguns críticos consideram a economia solidária como um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Outros mais radicais afirmam que ela pode amortizar a luta de classes e desfavorecer a luta dos trabalhadores. Fato é que ela possibilita a sobrevivência de parte da população, sem necessariamente ter de adentrar esquemas precarizados de trabalho que avançam com o enfraquecimento dos direitos trabalhistas. Dados de 2006 revelam que naquela época, a economia solidária empregava dois milhões de pessoas (COLLADO; VISPO, 2019, p. 20)

Um ponto interessante para a discussão que surge com as reflexões de Singer é que existem muitas formas de se organizar a economia, muito embora a nossa geração esteja completamente acostumada com a organização capitalista da produção e distribuição de mercadorias. Na produção simples de mercadoria, por exemplo, os agentes são os possuidores individuais dos seus meios de produção e distribuição e também dos produtos de sua atividade – não há exploração da mais valia nesse caso (SINGER, 2003).

Já no capitalismo, os meios de produção e distribuição, assim como o trabalho se tornam mercadorias e possuem a função de produzir mais valia. A concentração do capital permitiu a criação de empregos, tornando viáveis as Revoluções Industriais nos países centrais. Todavia, esse processo não acabou com a produção simples de mercadorias, mas tornou-a marginalizada (SINGER, 2003).

Com o passar do tempo, a mão-de-obra para as indústrias contava com um excedente, ocasionando na criação do que Marx chamou de exército industrial de reserva ou *lumpen* proletariado. Isso gerou a redução dos custos da força de trabalho e retrata um desafio que enfrentamos até hoje: o pleno emprego. É de conhecimento geral a dificuldade em manter a população economicamente ativa empregada e com os seus benefícios assegurados. Pois bem, o capitalismo e a economia não se autoregulam como afirmavam

os economistas neoclássicos e as pessoas acabam tendo que encontrar alternativas para garantir o seu sustento.

SINGER (2003) afirma então que a Economia Solidária seria um modo de produção com base no cooperativismo capaz de superar o capitalismo e a produção simples de mercadorias. Tais conceitos serviriam para ir além da crítica ao capitalismo propondo formas de ação sem necessariamente tomar o poder.

Tais princípios são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir, gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação, repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores. A cota básica do capital de cada cooperador não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado.

Essa perspectiva surge das contribuições dos teóricos do socialismo utópico como Owen, Fourier, Proudhon e Buchez e representam, na realidade um processo contínuo de luta dos trabalhadores. Isso porque as críticas ao capitalismo são motivo de revolta para eles já que os trabalhadores devem obediência ao chefe, não são donos dos frutos do seu trabalho e, além disso, só recebem o que está descrito no contrato, apesar de, na maioria das vezes, gerar muito mais ganhos ao patrão.

Outros motivos que SINGER (2003) aponta como norteadores da perspectiva crítica ao capitalismo na Economia Solidária e que são seguidos pelos circuitos de agroecologia alinhados com essa proposta são: a autogestão, o descentralismo econômico (não ocorrido na maior parte das experiências socialistas) e o reforço do poder de luta dos trabalhadores assalariados, o que pode diminuir o exército de reserva, segundo ele.

Diante desses princípios, busquei visitar dois institutos e uma feira que se autointitulam como instituições de Economia Solidária para avaliar como funcionam esses canais, como se dá a relação com os produtores, a transparência dos preços e a aproximação com os consumidores. Em seguida, estão descritos os espaços.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se utiliza de metodologias participativas, como visitas aos locais de produção e comercialização, assim como de revisão bibliográfica sobre o assunto. Cada espaço foi delimitado como um estudo de caso, buscando adquirir formas de comparação entre eles. Em seguida, apresento os espaços visitados.

Instituto Chão

O Instituto Chão é uma associação sem fins lucrativos que se movimenta para o aprofundamento da consciência crítica, da democracia e da igualdade de direitos a fim de construir coletivamente uma sociedade que permita a cada um exercer sua liberdade.

Trabalha com os princípios da Economia Solidária, uma forma de organização que coloca o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, articulando e integrando redes que fomentam a autonomia, o cooperativismo, o comércio justo e o consumo consciente.

O que é o Chão?

Um espaço de convivência e economia solidária para experimentação de novas formas de relação. Contém uma feira, uma mercearia e um café com produtos orgânicos e artesanais.

Como funciona?

Este é um espaço para todos. Tudo o que é vendido ou servido aqui é repassado ao consumidor diretamente pelo preço de compra. Os custos do Chão estão expostos, inclusive frete dos produtos, perdas, salários e taxas de cartão. Sua única fonte de financiamento são os frequentadores desse lugar, que podem contribuir com o necessário para cobrir os custos operacionais ou com o quanto puderem e quiserem para a manutenção do projeto.

Qual é a diferença?

Além de ser mais transparente, esta é uma forma mais eficiente de comercialização, já que não há exploração do produtor, nem de funcionários e, mesmo contribuindo para a manutenção do projeto, gasta-se menos comprando nesse modelo, pois não há especulação no preço dos produtos. Buscamos a construção de uma rede horizontal e participativa de relações comerciais, priorizando pequenos produtores e relações de trabalho mais democráticas. Assim, amplia-se o consumo de produtos mais sustentáveis, promove-se a distribuição de renda e a descentralização do poder.²

Armazém do Campo

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, são ingeridos em média cerca de 5,2 kg de veneno agrícola por habitante. A agricultura familiar surge como alternativa de produção e consumo saudáveis. E é dentro dessa perspectiva que nasce o Armazém do Campo, uma loja que conta com centenas de produtos vindos de assentamentos da Reforma Agrária, de pequenos produtores e de fabricação orgânica e agroecológica.³

Na Região Metropolitana de São Paulo, há dois assentamentos e um acampamento de luta pela terra que possuem produção agroecológica de hortaliças e frutas e entregam também nesse local, além de fazerem feiras e entregarem cestas diretamente aos consumidores.

Os preços já incluem o custo dos produtores, assim como uma porcentagem para a manutenção do espaço, dos funcionários e a logística. De acordo com um funcionário, a realização de eventos culturais é uma atividade bastante importante na geração de renda, manutenção do espaço e divulgação da importância da reforma agrária em uma sociedade bastante urbanizada como São Paulo.

Feira Agroecológica e Cultural de Mulheres do Butantã

A Feira Agroecológica e Cultural de Mulheres no Butantã é um espaço de fortalecimento da agroecologia e da economia solidária e feminista. Busca promover a geração de renda para mulheres de diferentes contextos e territórios e o acesso a alimentos e artesanias de qualidade em uma relação direta entre produtoras e consumidores. A Feira é também uma iniciativa de auto-organização de produtoras para criar um espaço regular de comercialização e promover ações culturais no bairro.

A Feira é uma iniciativa co-organizada pela Associação Nacional Reggae, pelo NESOL e pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP (ITCP/USP). Também integra a Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF).

A Associação Nacional Reggae – Portal RAS, entidade sem fins lucrativos, é a união e formalização de diversos coletivos que vivenciam a cultura Reggae e Rastafari. Esta rede nacional vem se

² Informações encontradas no site <www.institutochao.org>. Último acesso em 20/04/2019

³ Informações encontradas na página do Facebook <<https://pt-br.facebook.com/ArmazemDoCampoProdutosDaTerra/>>. Último acesso em 18/05/2019

articulando de forma comunitária desde 2002, promovendo intercâmbio nacional e internacional de bandas e artistas, bem como a colaboração técnico e logística em ações promovidas pelos coletivos da rede.

Desde junho de 2017 a Associação estabeleceu parceria com a Prefeitura Regional do Butantã para promover o reflorestamento e revitalização do Viveiro II do Butantã, onde são realizadas as feiras. A primeira feira ocorreu em dezembro de 2017, mas foi apenas em setembro de 2018 que passou a ocorrer mensalmente.

Além dos alimentos agroecológicos, orgânicos e artesanatos, a feira conta com uma programação cultural, que é pensada com atenção especial para as crianças. A entrada é gratuita.

Os preços dos produtos são definidos pelas próprias produtoras que repassam o valor de 7% das vendas para a coordenação a fim de custear as atividades e a gestão da feira. Essa e todas as demais decisões são tomadas coletivamente durante as reuniões mensais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No **Instituto Chão**, pude ter acesso aos seus fornecedores da Região Metropolitana de São Paulo. São 3:

1) Cooperapas - Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo - COOPERAPAS; é uma cooperativa de agricultores orgânicos, de agricultores em transição da agricultura convencional para orgânica, de agricultores convencionais;

2) Terra Comércio de Frutas LTDA - produtores de orgânicos certificados e revendedores, também certificados, de frutas, legumes, hortaliças e processados orgânicos. Localizada na Ceagesp, zona oeste de São Paulo, atende atacado para todo o País e varejo⁴; e

3) Go Green Distribuidora de Hortifruti - empresa do ramo hortifrutigranjeiro que atua no setor atacadista, buscando sempre melhorar os processos produtivos, logísticos e comerciais para oferecer um produto de qualidade, respeitando a relação agroecológica, social e cultural⁵

Do primeiro empreendimento, foram identificados 12 itens alimentícios: alface roxa, alface lisa, alface crespa, couve, chicória, ora pro nobis, erva cidreira, manjericão, carqueja, orégano, hortelã e mandioquinha.

Do segundo foram identificados 8 itens: alho, cebola, cebola roxa, maracujá, avocado, melão, limão galego, limão siciliano.

Do terceiro, 12 itens: abóbora paulista, berinjela italiana, tomatinho cereja, tomate grape, abacate, mexerica, laranja lima, mamão formosa e pitaya.

Pude perceber que os itens mais perecíveis como as folhas são entregues pela cooperativa local do município. A cooperativa e o instituto também valorizam a entrada de PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais) no mercado, buscando ampliar as possibilidades alimentícias dos consumidores e valorizar os itens que são produzidos com mais facilidade pelos agricultores. Os itens de maior durabilidade são entregues pelas empresas da Ceagesp, de onde não pude identificar o local exato da produção.

No Armazem do Campo e na Feira, ainda não foi possível ter acesso às listas de fornecedores. Porém, conheci uma agricultora que me convidou para conhecer a sua casa/local de produção localizado em Perus, região da periferia de São Paulo. Nesse espaço, existem diversas famílias convivendo e produzindo alimentos em um espaço de sérios conflitos por território. Principalmente por estar localizado próximo à rodovia e dentro do município de São Paulo, onde a especulação imobiliária é grande, a área

⁴ Informações encontradas em < <http://terrafrutasorganicas.blogspot.com/>>. Último acesso em 18/05/2019

⁵ Informações encontradas em < <https://gogreenhortifruti.com.br/organica>>. Último acesso em 18/05/2019

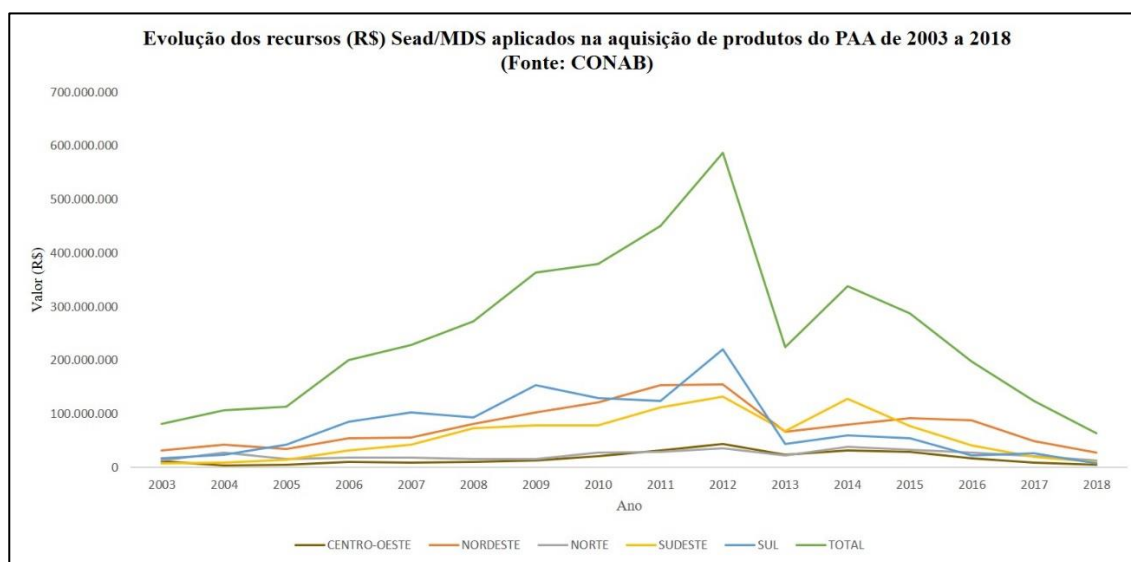
representa os conflitos que o município enfrenta no que concerne à relação entre indústria, comércio e agricultura. Nas cidades, a agricultura tende a ser uma atividade invisível, como algo do passado e não do desenvolvimento. Porém, nas cidades também está a maioria da população, ou seja, é onde está também a maior procura por alimentos, o que legitima de certa forma a existência dessa atividade econômica no local.

A existência de produtos advindos da agricultura urbana nesses espaços reflete a importância de se fortalecer a produção local e identificar territórios da periferia como espaços rurais, onde não há apenas produção agrícola, mas produção de água, de solo fértil e de serviços ecossistêmicos essenciais para a qualidade de vida na metrópole. Isso demonstra a relação de práticas econômicas com a conservação ambiental, fato que não acontece nos esquemas globalizados de comércio, por exemplo.

Diante do conhecimento dessas práticas econômicas de acesso a alimentos agroecológicos e do contexto de retirada do Estado com relação a políticas públicas de fomento à agricultura familiar, uma questão que surge é: o fortalecimento desses espaços é uma tendência para a reprodução da agricultura familiar agroecológica em tempos de escassez de políticas públicas? Ou é uma estratégia de adaptação aos novos padrões de consumo de uma classe média urbana?

Relatórios recentes demonstram a redução de recursos para a compra de alimentos da agricultura familiar, como existia no Programa de Aquisição de Alimentos, por exemplo. O gráfico 1 revela tal tendência.

Gráfico 1 – Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2018



Esses dados apontam que, nos últimos anos tem ocorrido uma redução no investimento em compras públicas da agricultura familiar para o atendimento das necessidades alimentares da sociedade, fato que também vem acontecendo em outras políticas públicas, como a Política Nacional de Agroecologia e o Plano Safra da agricultura familiar. Além disso, também acompanha essa tendência o abandono de políticas ambientais como o Plano Nacional de Mudanças Climáticas e o Plano Nacional de Educação Ambiental. Além disso, verificou-se em 2019, um grande aumento no consumo de agrotóxicos.

Diante desse cenário, alguns coletivos tem apostado em práticas econômicas alternativas, já que acessar mercados muitas vezes significa encontrar barreiras sanitárias e financeiras. Apostar na conscientização do consumo tem sido uma saída, mas exige cuidados para não fortalecer a ideia de nichos de mercado, tornando os produtos agroecológicos também privilégio de uma classe.

De acordo com COLLADO & VISPO (2019, p. 8), o capitalismo de base especulativa, em aliança com outras dinâmicas de exclusão e depredação, realoca as outras economias tanto em um plano simbólico

quanto material. A economia hegemônica nos saca condições de vida ao mesmo tempo em que se oferece como a única resposta para encontrar melhores possibilidades de vida.

Contrariando essa dinâmica e em busca de soluções de vida que considerem os cuidados e o planeta, tem surgido propostas econômicas intituladas por COLLADO & VISPO como os novos comuns. São elas a economia solidária ou social, a economia dos cuidados e a economia ecológica. Entre os quatro pontos mais relevantes que explicam o comum destas Economias, estão, ao entender de COLLADO & VISPO (2019, p 17 e 18)

- as iniciativas que vão além do Estado, dos mercados monetários e das grandes empresas, do outro lado dos cercamentos que situam no centro da economia capitalista atualmente;
- mais próximas às bases ecológicas, dos lares e de mediação necessária para a reprodução de corpos, habitats e laços sociais;
- mais arraigadas em territórios concretos;
- mais conscientes de procurar sustentabilidade, justiça social e de construir uma democracia de baixo que abarque o cultural e o econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse contexto, avalia-se que as práticas econômicas alternativas ao *mainstream* do sistema de produção e consumo atual são uma maneira de garantir sustentabilidade e viabilidade para uma parcela da população. Segundo Karl Polanyi (2009), podemos dizer que, sob um capitalismo crescentemente financeirizado, os modos de integração da economia (a maneira em que esta induz uma sociedade) não caminham para a sustentação da vida, mas ao contrário, para a sua degradação.

Porém, a economia financeirizada acaba por excluir milhões de habitantes, além de esgotar os recursos naturais. Tal realidade tem levado grupos e coletivos a pensarem formas alternativas de produzir, distribuir e consumir alimentos.

Ao longo do artigo, busquei relatar experiências com esse perfil em São Paulo que se contrapõem à forma mais usual de se consumir alimentos hoje em dia: nos supermercados, sem a menor ideia de quem produziu e se foram respeitadas condições socioambientais. É claro que existem contradições nesses espaços e dificuldades, mas eles tem servido de inspiração para a reflexão sobre como a indústria molda nossos hábitos alimentares, assim como uma maneira de aproximar minimamente produtores e consumidores, desfazendo o mito de que o urbano e o rural são espaços desconectados.

Nesse sentido, podem ser considerados como inovadores, especialmente na forma como expõem seus preços e na conscientização do consumidor por meio de eventos, informativos, trocas de livros, entre outras atividades, reafirmando a ideia de que a economia também diz respeito a construir e fortalecer laços sociais.

REFERÊNCIAS

COLLADO, Angel; VISPO, Isabel. **Economías-otras: introducción a un monográfico necesario**. Revista Iberoamericana de Economía Solidaria e RIESISE Innovación Socioecológica Vol. 2 (2019), ISSN: 2659-5311. Disponível em <http://dx.doi.org/10.33776/riesise.v2i0.3689>. Último acesso em 21/12/2019

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura Familiar Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2018**. V 20, Brasília: 2019.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **Comum – Ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FAO - <https://nacoesunidas.org/fao-producao-agricola-responde-por-pelo-menos-20-das-emissoes-de-gases-do-efeito-estufa/>. Último acesso em 01/03/2019

IPES-Food. **Too big to feed: Exploring the impacts of mega-mergers, concentration, concentration of power in the agri-food sector**. Bruxelas: 2017. Disponível em <http://www.ipes-food.org/reports/>

NOBRE, M. **Economia Solidaria y Economia Feminista: Elementos para uma agenda**. In: Las mujeres en la construcción de la economía solidaria y la agroecología. SOF; São Paulo: 2015

POLANYI, Karl. [1977] (2009): **El sustento del hombre**, Capitán Swing, Madrid.
<http://opcions.org/es/nos-gusta/las-economias-transformadoras/>

SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: SANTOS, B. de S. (Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 81-107

SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

AGRADECIMENTOS:

Projeto MacroAmb – Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista frente à variabilidade climática FAPESP (PROCESSO 15/03804-9) e Capes

Submetido em: 11/2019

Aprovado em: 02/2020